

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

O papel do MASTER na política agrária de Brizola no. Rio Grande do Sul.

Bernard José Pereira Alves.

Cita:

Bernard José Pereira Alves (2009). *O papel do MASTER na política agrária de Brizola no. Rio Grande do Sul. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1687>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

O papel do MASTER na política agrária de Brizola no Rio Grande do Sul

Bernard José Pereira Alves
CPDA / Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro
bernardjpa@yahoo.com.br

Introdução

O governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963) foi palco de uma série de eventos que o puseram em destaque no Brasil da época. Forte investimento na área educacional¹, estatização de empresas norte americanas dos setores de energia e telecomunicações², o movimento da Legalidade³ e, por fim, projetos de reforma agrária fizeram com que o governador e as ações de

¹ QUADROS, C. As brizoleiras cobrindo o Rio Grande do Sul: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

² MIRANDA, S. P. Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

³ A "Campanha da Legalidade" foi um episódio que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil em 1961, em que diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica que previa a posse de João Goulart; entretanto, outros setores da sociedade – entre eles os militares - defendiam um rompimento

seu governo tomassem projeção internacional. Para fins desse artigo, discutiremos a possível atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, o MASTER. Este é visto de maneira controvertida sua natureza particular, teria sido criado por pessoas pertencentes aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo do então governador Brizola. Dessa forma, as referências que o puseram em debate até então concentram-se em defender a autonomia do movimento ou colocá-lo como instrumento do governo estadual⁴.

Dessa maneira, o artigo se estrutura com uma primeira parte com uma breve passagem a respeito da criação do MASTER e uma segunda sobre as diferentes versões da atuação do movimento na primeira ocupação de terra do Rio Grande do Sul que demandava sua desapropriação e, por fim, discutiremos as interpretações até hoje existentes sobre o mesmo.

Da gênese do Movimento

Para um breve apontamento sobre a formação do MASTER baseamo-nos especialmente em duas fontes de informações, a primeira delas é a mais consistente fonte bibliográfica sobre o MASTER, uma dissertação de Eckert (1984). A autora procura defender algum grau de autonomia do movimento diante do governo Brizola. Sobre a origem do movimento, além do trabalho da autora, apresentaremos também a versão de Paulo Schmidt que fora funcionário do governo gaúcho e diretor do instituto responsável pelos projetos de reforma agrária daquele governo.

Sobre a criação do movimento Eckert (1984:68) afirma que o mesmo fora criado em 1960 depois que um homem chamado Euclides Lança, se dizendo proprietário de uma faixa de terra de mais de 1800 hectares localizada no município de Faxinal, apareceu tentando expulsar dessa mesma área mais de 300 famílias que lá estavam há mais de 50 anos. Diante disso, o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, organizou os posseiros e se juntos se indispuseram a atender aos desmandos do dito dono da terra. Em outubro de 1960, o prefeito teria conseguido um acordo com o governo estadual para a desapropriação de parte da área e emissão de títulos de posse para os posseiros que lá estavam há anos.

dessa ordem com o impedimento da posse do vice-presidente e a convocação de novas eleições. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, iniciou um movimento de resistência, pregando a legalidade, ou seja, a posse de Jango (como João Goulart ficou conhecido). Brizola iniciou pela rádio Guaíba o movimento denominado a rede da legalidade. Os discursos de Brizola eram transmitidos a partir de um estúdio montado no porão do palácio, em ondas curtas, a legalidade alcançava ouvintes gaúchos e de outros estados.

⁴ Sobre trabalhos que apontam uma vinculação direta entre as ações do MASTER e as orientações de Brizola ver Martins (1983), Costa e Santos (1998), por outro lado, Eckert (1984) e Medeiros (1989) percebem as atuações do movimento de forma autônoma.

Dessa forma, para Eckert o conflito marca a criação do MASTER sob a liderança de “Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, na ocasião superintendente da fronteira do sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB” (68). O movimento teria sido criado por iniciativa exclusiva dos atores locais, inclusive atribuindo ao prefeito de Encruzilhada o papel de mediador que acabou trazendo a solução para os problemas dos posseiros de Faxinal. Entretanto, Paulo Schmidt, apresenta uma versão um pouco diferente sobre a criação do MASTER:

Esse cara aqui ó foi fundamental para nossa reforma agrária. [...] Esse cara aqui foi o presidente do MASTER, [...] O Milton Serres Rodrigues era um delegado de polícia. Nas atividades dele ele foi eleito de repente prefeito de Encruzilhada do Sul, [...] Nessa época que isso aqui estava fervendo, Brizola era governador, [Milton] era do PTB e foi procurado por um bando de uns 20 ou 30 posseiros de uma fazenda que de repente apareceu dono e disse: ‘É minha!’ [...] E os posseiros dizendo: ‘Está aqui o título, eu tenho!’ Entrou na justiça e o juiz decretou a retomada de posse, a reintegração de posse, o despejo dos posseiros. Eles foram lá no Milton, no prefeito dizer que não iam sair, que eles iam brigar e o Milton dizia: ‘Eu vou junto’. Lá ia se armar, porque o Milton era um brigador desgraçado, era um cara de um temperamento, não era fácil [...] tinha gente lá com mais de 50 anos de posse, tinha netos nascidos lá. Bom, mas aí alguém disse: ‘Vai falar com o Brizola tchê! O Brizola ta metido nisso agora!’ Veio aqui no Palácio e nós tínhamos aí um assessor comunista chamado Paulo Schilling. [...]Ele então, que esse cara estava lá no Palácio, chegou o Milton apavorado e passou para o assunto [...] o advogado, esse deputado federal diz: ‘Não, pera lá! Não é assim que se resolve, vamos resolver isso da forma certa e vamos resolver. Como é que você vai te meter? Quem é essa gente? Tu tem o nome de todos? Sabe quem são? Sabe que direitos tem? Se é tudo a mesma situação?’ Daí ele começou a balançar! ‘Não, então vamos fazer o seguinte, vamos criar uma associação dos moradores, vamos criar uma associação’. Associação de Agricultores Sem Terra, primeira associação de Agricultores Sem Terra do Brasil. Encruzilhada do Sul, com Milton Serres sendo o prefeito. Foi criada a associação, foram feitos os estatutos. É capaz de estar tudo aí. [...] E depois da associação o Brizola decretou utilidade pública. [...] É que precisava, começaram a surgir

movimentos isolados e movimentos isolados não tem força. É o povo organizado que tem força, sociedade organizada que tem força! Então o Brizola criou o MASTER, que é uma espécie de federação dos movimentos agricultores sem terra, e o titular [era] o Milton. Funcionava!

As informações que Schmidt traz acima nos permitem uma interpretação um pouco diferente sobre a criação e, especialmente, sobre a relação que veio a se estabelecer entre Brizola e o MASTER. O prefeito de Encruzilhada do Sul era do mesmo partido de Brizola, o PTB, Paulo Schilling também era funcionário do estado gaúcho e, por último, o advogado e deputado, que Schmidt não se recorda o nome, é Ruy Ramos, também do PTB. Dessa forma, se por um lado o conflito entre posseiros e Euclides Lança que depois de anos apareceu se dizendo dono da terra aparece nos dois relatos, por outro, Eckert percebe esse momento da fundação do movimento como de iniciativa única dos atores locais, enquanto as informações trazidas por Schmidt apontam para um movimento criado sobre a tutela de pessoas do governo.

O início das ocupações e a resposta do Governo: o caso da Fazenda Sarandi⁵

O início do ano de 1962 marcou uma nova fase da luta pela terra no Rio Grande do Sul, propriedades passaram a ser ocupadas para com o objetivo de pressionar o governo do estado a realizar desapropriações. Eckert afirma que nesse momento as ocupações eram realizadas depois de acordadas com o governo (104). Em 11 de janeiro de 1962, a Fazenda Sarandi, localizada no município de mesmo nome, foi ocupada. Consistia numa área de mais de 25.000 hectares de terra. A ocupação teria sido organizada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, apoiado por trabalhadores rurais e líderes políticos locais, que garantiam os suprimentos para a manutenção do acampamento. A partir dessas informações sobre a Sarandi, uma questão se coloca, onde estava o MASTER naquele momento? Eckert faz uma atenta descrição do desenrolar dos fatos que acabaram por resultar na desapropriação da Sarandi, entretanto, mesmo sendo um trabalho destinado a falar especificamente sobre o MASTER e apontar esse momento que as ocupações passaram a ocorrer como um dos mais significativos, a autora não é capaz de vincular diretamente as ocupações às iniciativas do movimento, as indicações dadas pela autora apontam somente na direção de uma atuação mais pontual, promovendo a organização de associações de agricultores

⁵ A opção por concentrar a análise especialmente sobre os eventos da Fazenda Sarandi se dá pela limitação imposta pelo tamanho do artigo.

rurais (108-109). Paulo Schmidt, ex-diretor do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária durante o governo Brizola ajuda a entender um pouco mais a ocupação da Fazenda Sarandi:

[Era] uma enorme propriedade de quase 25 mil hectares, rodeados de pequenas propriedades, de minifúndios já [...]o Brizola tinha um primo Jair, meio ‘malucão’, lá de Ronda Alta, metido a político, a ser prefeito, tudo isso e aquilo, um líder político do PTB do Brizola [...] [H]avia um movimento muito grande com alguns líderes, porque essa Fazenda Sarnandi, esses 25 mil hectares [...] eram [de] uma família de [uruguaios], Júlio Mailhos, família Júlio Mailhos [...]. Eles compravam terras para engordar. E aquilo ali tava aquela caderneta de poupança às vezes dando sopa e esse pessoal precisando de terras, precisando de terras urgentemente [...]. Então esse parente dele (Brizola) junto com alguns líderes locais inventou pressionar para o Brizola desapropriar isso aqui.

Schmidt conta que a ocupação da Fazenda Sarandi se justificou pela pressão em torno da necessidade de uma redistribuição de terras na região. Havia um contingente enorme de pessoas que não tinham propriedades ou as que dispunham não eram suficientes para garantir a subsistência familiar. Diante desse quadro, teriam ocupado a fazenda.

A história da ocupação da Fazenda Sarandi é, como mencionada, bastante controversa. O fato de um parente de Brizola ter estado à frente de todo o evento sugere, imediatamente, a idéia de uma participação do governador como incentivador da ocupação. Sobre o conhecimento de Brizola a respeito da ocupação, Schmidt afirma que o governador somente ficou sabendo da ocupação depois que esta já havia sido ocupada, segundo Schmidt, com a liderança do primo do governador. Entretanto, a ação do governador diante dela não combinava com a forma tradicional de se lidar com esse tipo de iniciativa naquela época. Se o comportamento natural seria o envio da brigada militar para retirar os “invasores”, Brizola faz o movimento inverso e envia a brigada para garantir a segurança das mais de três mil famílias.

Seu Cleto, antigo militante do Partido Comunista, nascido em Nonoai, cidade próxima à Sarandi, esteve presente no movimento que deu origem a ocupação da fazenda, sobre esse momento ele é categórico ao afirmar que o MASTER não participou da ocupação e, além disso,

reafirma a fala de Schmidt quanto a ocupação ter sido liderada por Calixto, primo de Brizola, com a ajuda de outras lideranças de cidades próximas. Outro que presenciou de perto os a ocupação da Sarandi foi Carlos Araújo, assim como Cleto, participou da organização do grupo que ocupou a fazenda. Corroboras as afirmações dadas acima de que a idéia tinha sido de Jair Calixto e de que o MASTER não havia participado da ocupação.

As ocupações de terra, reivindicando sua desapropriação para fins de reforma agrária, inauguraram um novo momento dentro das ações do governo do estado. O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o IGRA, criado em novembro de 1961, passou a operar efetivamente em abril de 1962⁶, ou seja, somente depois do início das ocupações que o IGRA foi instrumentalizado para realizar, de fato, “*os projetos de colonização e reforma agrária*” enunciados em seu decreto de criação.

Para a fazenda Sarandi foi desenvolvido um grande plano de colonização que apesar de toda complexidade acabou recebendo pouco da estrutura pretendida pelo projeto original do IGRA. O projeto desenvolvido para a fazenda só começou a sair do papel em janeiro de 1963, o último mês do governo. Isso afetou a continuidade dos projetos, em especial a parte referente à infra-estrutura. Ainda no governo de Brizola, parte da área desapropriada fora dividida e emitidos os respectivos títulos de posse para os contemplados. Entretanto, no governo seguinte, de Ildo Meneghetti, o plano fora paralisado e o processo de desapropriação revisto. Dessa forma, somente uma pequena parte da Fazenda Sarandi foi repassada aos colonos sem terra⁷.

Considerações Finais

Ao analisar as informações apresentadas aqui sobre a o envolvimento do MASTER no rumo que tomou a política de Reforma Agrária implementada pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, algumas indicações conclusivas podem ser apontadas sobre a possível atuação do movimento. Visto que parte da bibliografia situa o MASTER como um movimento que atuava como um instrumento do governo estadual, enquanto análise de Eckert (1984) defende sua atuação autônoma, as informações apontadas acima colocam uma nova perspectiva do problema, a não localização do movimento naquelas que são reconhecidas pelas duas vertentes teóricas como seu lugar de destaque, as ocupações. Isso nos obriga a responder uma nova questão, por que o

⁶ Decreto de funcionamento do IGRA de 06 de abril de 1962.

⁷ Sobre os conflitos recorrentes na Fazenda Sarandi ver GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: O caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

MASTER foi alçado a um lugar que, para quem esteve acompanhando de perto as ocupações, ele nunca esteve? Para responder essa questão é necessário que se recorra ao que levou esses autores a essa leitura dos fatos, ou seja, suas fontes. Vale lembrar que o momento posterior aos eventos discutidos nesse breve artigo é marcado por forte repressão, a partir do golpe militar de 1964 as pessoas que estiveram ligadas às ocupações passaram a sofrer retaliações, dessa maneira, o acesso a informação que dispõe hoje é diferente daqueles encontrados nos períodos em que este tema foi trabalhado. Dessa forma, ambas vertentes analíticas – tanto as que fazem uma leitura de atuação autônoma do movimento, quanto aquelas que apontam uma estreita ligação deste com o governo – se concentram em dados fornecidos por jornais e outros periódicos da época que rotulam como ações do MASTER todas aquelas promovidas por associações de agricultores ou outros grupos organizados. Com isso, baseado nas informações apresentadas acima, podemos perceber que o MASTER parece não ter sido responsável pelas ocupações que acabaram por lhe conferir reconhecimento público; entretanto, o fato de ter sido creditado a ele esses fatos indica que este acabou por personificar um demanda que não pertencia a somente um grupo, mas a uma série de indivíduos que lutavam por terra no Rio Grande do Sul no início da década 1960.

Bibliografia

- AZEVEDO, F. A. (1982) As ligas camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BANDEIRA, M. (1979) Brizola e o Trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALLADO, A. (1964) Tempo de Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CAMARGO, A (1979) A questão Agrária: Crise de poder e Reformas de Base (1930-1964). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV
- ECKERT, C. (1984) Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- GEHLEN, I. (1985) "A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai". In SANTOS, J. T. dos (org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo, Editora da Unicamp/ICONE
- GINZBURG, C. (1991) A Micro-História e Outros Ensaio. Lisboa, Difel.
- LEITE FILHO, F. C. (2008) El caudilho: Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Aquariana.
- MAGGI BENFICA, F. C. (2007) Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos. Dissertação de Mestrado em História, PUC-RS. Porto Alegre
- MARTINS, J. de S. (1983) Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- MEDEIROS, L. (1989) História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase.
- MIRANDA, S. P. Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- OSMAN, R.G.A. (1991) Leonel Brizola: uma trajetória política. Rio de Janeiro, Record.
- QUADROS, C. As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola: 1959-1963. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.
- ROSA, M. (2000). Os sem terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre –RS. Dissertação de Mestrado CPDA/UFRRJ.
- _____. (2001) "Espetáculo e cotidiano, pequenas vozes na luta do MST". Cultura Vozes, vol.95, nº3.
- _____.(2004) O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____.(2008) Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). Relatório de pesquisa.
- SANTOS, R. e COSTA, L. F. (1998) Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad.
- SIGAUD, L. (1989) "A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento". In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. Continuidade e mudança no Brasil da nova república. IUPERJ/Vértice
- SILVEIRA, N. (1991) Reportagem da Legalidade 1961 – 1991. Porto Alegre, NS Assessoria em Comunicação Ltda.